



ISSN: 2230-9926

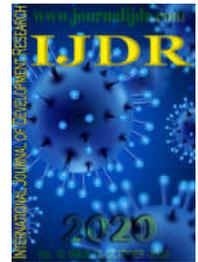
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 10, pp. 41739-41746, October, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.20299.10.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

A GOVERNANÇA DA CADEIA DE VALOR DO DENDÊ NA PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS INTEGRADOS, ESTADO DO PARÁ

^{1,*}Vanilda Araújo Ferreira and ²Antônio Cordeiro de Santana

¹Geógrafa, Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA, Professora da Secretaria de Estado de Educação do Pará- SEDUC

²Agrônomo, Doutor em Economia Aplicada, Professor Titular da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

ARTICLE INFO

Article History:

Received 20th July, 2020

Received in revised form

09th August, 2020

Accepted 16th September, 2020

Published online 30th October, 2020

Key Words:

Integrated farming,
Oil palm agriculture industry,
Governance, Amazon.

*Corresponding author:

Vanilda Araújo Ferreira

ABSTRACT

The objective of work was to analyze how family farmers integrated into the palm oil value chain, in the Baixo Tocantins, state of Para, perceive their partnership with Agropalma, and with the other actors involved in the chain's governance. The information was collected through documentary survey and analysis, in addition to data from the field research with 56 social subjects linked to the chain. The results revealed that the "partnership" is configured by a relationship of extreme subordination of the small farmer to the essentially economic logic of Agropalma, which transformed him into a type of "outsourced employee". The governance of the chain is of the captive type. However, the submission process in which family farmers are found within the chain results, predominantly, from the configuration of asymmetric power relations, which operate the interactions between unequal subjects in governance, condemning them to the "downgrade" dynamics. Thus, caution is recommended when implementing public policies in rural areas, particularly those related to the expansion of palm oil culture as one of the possibilities to recover deforested areas and promote regional development, based on integration between agribusiness and small family rural worker in Para state.

Copyright © 2020, Vanilda Araújo Ferreira and Antônio Cordeiro de Santana. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Vanilda Araújo Ferreira and Antônio Cordeiro de Santana. "A governança da cadeia de valor do dendê na percepção dos atores sociais integrados, estado do Pará", *International Journal of Development Research*, 10, (10), 41739-41746.

INTRODUCTION

A partir do advento do biodiesel, o dendê (*Elaeis guianensis* Jacq.) passou a ser incluído em um novo nicho de mercado, o do óleo de palma. É considerado matéria-prima para produção de biocombustível, agregando a componente ambiental, como exige mudança na matriz energética mundial. Nos últimos anos, a demanda pelo produto nos mercados nacional e internacional aumentou expressivamente (ABRAPALMA, 2018). No Brasil, o cultivo de dendê passou a ser estimulado por meio da criação de programas específicos para este segmento do agronegócio. Com base na integração da agricultura familiar à atividade industrial, o dendê incorporou a componente social, apresentando-se como atividade inclusiva e sustentável, capaz de contribuir significativamente para o fomento do desenvolvimento local (BRASIL, 2004, 2010). No Pará, o Grupo Agropalma destaca-se como o maior produtor de óleo de palma e detentor de *expertise* no sistema integrado de produção.

A parceria, estabelecida por contrato, identifica os diversos sujeitos envolvidos no projeto Dendê Familiar: agricultores familiares, Companhia Real Agroindustrial S.A. (CRAI) (Agropalma), Banco da Amazônia (BASA) e governos municipal, estadual e federal (Brasil, 2010). A experiência de parceria teve início em 2002, sendo protagonizada pela Agropalma e os produtores familiares da comunidade de Arauaí, no município de Moju. Nos anos seguintes, com os incentivos do governo federal para a produção do biodiesel, novas indústrias ingressaram no sistema integrado de produção, como a Archer Daniels Midland (ADM) do Brasil, Biopalma/Vale, Belém Bioenergia Brasil (BBB) e Petrobrás Pará. Há na literatura o entendimento de que as parcerias entre indústrias integradoras e produtores (integrados), constituem um arranjo contratual de governança voltado para gerar benefícios mútuos para todos os participantes da cadeia (Williamson, 1985). No caso do mecanismo de parceria na produção do dendê, acredita-se que o produtor familiar possa se beneficiar da parceria com uma grande empresa do

agronegócio (Brasil, 2004). Mas, a produção do óleo de palma requer alto investimento inicial com conhecimento e insumos estratégicos necessários às boas práticas de cultivo destinadas ao preparo da área, topografia, piqueteamento, mudas, sementes de puerária, adubação de fundação (fósforo de cova), acompanhamento técnico, assistência técnica prestada aos produtores integrados, custos com a mão de obra e outras despesas. Além disso, as estipes levam vários anos para entrar em produção e isto requer uso intensivo de trabalho (Rebello; Costa, 2012). Por ser intensivo em trabalho, o óleo de palma é uma cultura de limitado potencial de diversificação, o que pode implicar em uma evolução desfavorável para as condições dos produtores familiares (Sousa, 2015; Ferreira, 2016b). Por outro lado, pesquisas têm demonstrado que o sistema produtivo da cultura adotado na Indonésia, Malásia e Colômbia é acompanhando de desmatamentos de áreas de florestas nativas, conflitos sociais e agrários, ameaças à fauna silvestre, êxodo de produtores rurais, dentre outros problemas (Pye, 2008; Feintrenie *et al.*, 2010; McCarthy, 2010). Na Amazônia, foi identificado um quadro crescente de desmatamentos, expropriações e depredações dos ecossistemas, além de concentração do uso da terra pelo complexo agroindustrial de óleo de palma, sustentado por novas alianças entre empresas transnacionais, Estado e elites locais na região (BACKHOUSE, 2013; SOUSA, 2015; FERREIRA, 2016b).

A questão que norteou esta pesquisa consistiu em saber como os produtores familiares integrados à cadeia de valor do óleo de palma, no Baixo Tocantins, percebem a sua parceria com uma grande empresa do agronegócio, a Agropalma, e com os demais atores envolvidos na cadeia? Com base nos resultados da análise documental e da pesquisa de campo junto aos sujeitos sociais vinculados à cadeia, a “parceria” com Agropalma está configurada por uma relação de profunda dependência e subordinação às determinações hierárquicas superiores da empresa. Utilizando-se da posição de agir e da capacidade hegemônica de decisão, a empresa impõe aos pequenos produtores as suas regras de produção, transformando-os em uma espécie de funcionários terceirizados. Essa conduta demonstra que a operacionalização da produção no sistema de parceria se dá por meio de uma governança de mercado do tipo cativa, controlada de forma unilateral pela empresa líder. Nesse tipo de rede, a coordenação da cadeia de valor global (CVG) é visualizada como estruturas de governança que evoluem com o tempo, em um processo de “Upgrading”, ou caminhos do aprendizado trilhados pelos fornecedores para se “elevarem na cadeia de valor” (Gereffi *et al.*, 2005). A expectativa normativa é de que os fornecedores se movam para a produção de produtos de maior valor agregado ou assumam funções mais sofisticadas ao longo de uma CVG, tornando-se mais competitivos no mercado. Entretanto, os resultados deste estudo demonstraram que se a modernização na estrutura de governança da cadeia do tipo cativa pode ser efetivamente estimulada por meio da complexidade de coordenação, troca de conhecimento e autonomia de fornecedores, sendo, portanto, o aumento da competência do fornecedor com o tempo, o principal fator impulsionador por trás da atualização; os processos de rebaixamento ou “downgrade” a que estão sujeitos os fornecedores nesse padrão de governança ocorrem por influência das relações do poder, especialmente a partir da interação entre a segunda e terceira dimensões do poder, conforme apresentada por Lukes (2005) e que a perspectiva da CVG prestou menos atenção. No Baixo Tocantins, a posição de agir e a capacidade da Agropalma de decisão, é que estão

na base do processo de submissão dos agricultores familiares aos ditames da empresa. Aos agricultores familiares, como atores envolvidos na produção, tem sido negado o direito de participação ativa na tomada de decisões. Este ambiente não permite que os produtores familiares assegurem renda suficiente para proporcionar uma boa qualidade de vida e induzir, endogenamente, uma trajetória dinâmica de desenvolvimento local.

MATERIALS E MÉTODOS

Área de estudo: A proximidade dos portos e da capital do estado do Pará, Belém, bem como as condições biofísicas favoráveis, fazem do Nordeste paraense o espaço ideal para o desenvolvimento da dendeicultura. Nessa mesorregião, o Baixo Tocantins foi definido como área de estudo pela alta densidade da produção de dendê e por apresentar os primeiros efeitos da política nacional de fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável, baseada na integração de pequenos agricultores familiares à cadeia de valor do dendê. No Baixo Tocantins, elegeu-se a área de atuação do Grupo Agropalma, maior produtor de óleo de palma da região, abrangendo terras dos municípios de Acará, Moju e Tailândia. Entretanto, a coleta de dados limitou-se às comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, no Moju, por concentrarem o maior número de agricultores familiares que mantinham contrato firmado com a Agropalma no período estabelecido para o estudo. O sistema de “parceria” foi ofertado para os agricultores familiares como oportunidade de acesso à crédito, segurança ao contar com um canal de comercialização seguro e remunerado a preço de mercado. Além disso, o modelo de “parceria” teria como objetivo incentivar a diversificação da renda das famílias, que manteriam seus cultivos, conciliando-os com os usos culturais do dendê. Nesses termos, a proposta teve boa aceitação entre os pequenos agricultores. Porém, houve casos em que os agricultores familiares recusaram a oferta. Por entenderem que há uma incompatibilidade da cultura do dendê com as práticas da agricultura familiar, pois esta, se destina a colocar comida na mesa do agricultor e o dendê não tem essa característica. Ademais, consideram que a cultura do dendê tem muitas exigências que o agricultor, inexperiente, não está preparado para atender.

Coleta de dados: O levantamento documental e a pesquisa de campo foram utilizados como fontes de informação para atender ao objetivo proposto. A coleta ocorreu no período de 4 de maio a 10 de julho de 2015. Contou com o apoio do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Moju, no que se refere ao fornecimento de informações e documentos atinentes a denúncias dos agricultores familiares, dados do levantamento social, econômico e ambiental das famílias integradas ao projeto do dendê realizada pelo sindicato, e facilitação no contato com os produtores familiares nas comunidades pesquisadas. O universo da pesquisa foi constituído por 192 atores vinculados à cadeia de valor do dendê que tinham contrato firmado com a Agropalma entre 2002 e 2014, representados por uma amostra probabilística de 50 agricultores, considerando-se a percepção desses atores locais, no horizonte de 12 anos; complementado por 4 dirigentes da empresa Agropalma, três dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município do Moju (STRM). No estrato da população de agricultores familiares, adotou-se o critério estatístico para a representatividade da amostra. Para os demais atores, a amostra foi intencional, determinada a partir do conhecimento e escolha dos agentes-chave. Sobre a

categoria das famílias agricultoras integradas à cadeia, foram aplicados 50 formulários específicos, com perguntas semiestruturadas, obedecendo a critérios de uma linguagem coloquial, procurando usar o máximo de expressões conhecidas dos entrevistados, de modo que as informações obtidas permitissem atingir os objetivos da pesquisa. Para as questões de opinião, foram adotados três graus de qualificação na escala *Likert*, incluindo-se no questionário uma chamada explicativa nas questões que exigiam qualificação das respostas. Todas as questões foram codificadas com um número para especificar o conteúdo ou atributo da resposta. Complementando os formulários, foram realizadas entrevistas em profundidade com os 50 agricultores familiares, 4 representantes da Agropalma e três dirigentes do STRM. As entrevistas foram gravadas durante a sua realização para posteriormente serem analisadas.

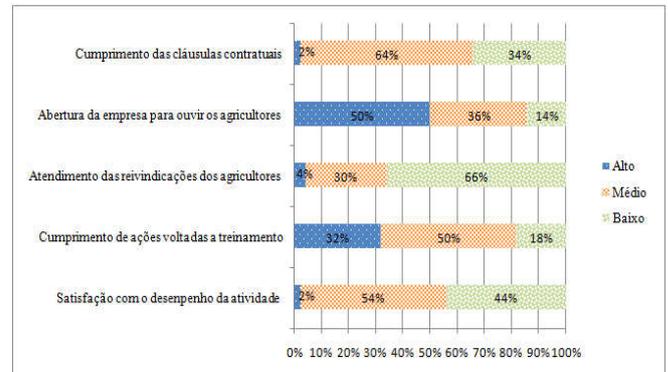
Análise de dados: Nesta fase, procedeu-se à análise dos conteúdos documental (contratos, comprovantes de pagamentos, notificações, informativos e fotografias) e das entrevistas. Foi realizada a análise comparativa das variáveis investigadas, conteúdo dos documentos e do discurso dos agentes entrevistados. Em seguida, os dados foram devidamente analisados e interpretados à luz do aporte teórico utilizado na pesquisa.

RESULTADOS

Os resultados foram agrupados em três subconjuntos e apresentados em três figuras. O primeiro subconjunto captou a percepção do pequeno agricultor sobre a sua relação com a Agropalma no sistema de parceria. A análise demonstrou um ambiente de total subordinação e dependência do agricultor familiar aos ditames da empresa. Constatou-se o descumprimento de cláusulas contratuais referentes a atrasos na data de pagamento, falta de transparência na pesagem dos frutos, aumento do custo de produção com o repasse dos custos com o transporte dos frutos até a empresa, mão de obra adicional e atendimento às exigências de critérios e normas de adequação da produção para a obtenção de selos de certificações, constantemente buscados pela empresa. O segundo subconjunto buscou demonstrar a percepção do agricultor familiar sobre a relação entre as associações dos agricultores familiares das comunidades investigadas e a atividade do dendê e as atividades próprias da agricultura familiar. Foi identificado um quadro de forte influência da Agropalma junto aos dirigentes das associações locais para garantir, na agenda dos processos decisórios encaminhados nas assembleias, o cumprimento das exigências da empresa pelos pequenos produtores no desenvolvimento da atividade do dendê. Como resultado, verificou-se o aumento do tempo de trabalho destinado aos tratamentos com a cultura do dendê, em detrimento do tempo de trabalho destinado à agricultura familiar. Isto gerou o aumento na dependência dos pequenos produtores familiares em relação à atividade do dendê. Por fim, no terceiro subgrupo estão os dados que objetivam traduzir a relação entre as associações dos agricultores familiares das comunidades investigadas e o agricultor familiar, na condição de associado. A análise permitiu constatar o baixo nível de credibilidade dos pequenos produtores nas associações locais, bem como a fragilidade da organização social desses trabalhadores. Esse processo é agravado pelo baixo nível de instrução e de conscientização dos agricultores sobre a importância da organização social como ferramenta

para o empoderamento desses sujeitos sociais na estrutura de governança da cadeia.

A relação entre a Agropalma e o agricultor integrado ao dendê: Com relação ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte da empresa, o grau de satisfação da maioria dos agricultores foi considerado médio (64%) e baixo (34%) (Figura 1).



Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo

Figura 1. Relação entre a empresa e os agricultores

Destacamos a falta de transparência na pesagem dos cachos de frutos frescos (CFF), pois não mais é permitido ao agricultor esse acompanhamento, embora conste no contrato a permissão para isso: *“O PRODUTOR/VENDEDOR terá direito a acompanhar a pesagem dos frutos e a FORNECEDORA e RESPONSÁVEL TÉCNICA, bem como a COMPRADORA, obrigam-se a manter os sistemas de pesagem aferidos pelo INMETRO ou por empresa autorizada”* (CONTRATO ..., 2005, p.5).

Esse é um problema sério para nós. Não entendo porque eu não posso acompanhar a pesagem dos frutos. Isso não está certo, por que está lá no contrato, eu tenho o direito. Ninguém aqui sabe mais a quantidade que produz, porque o fruto vai pra lá, eles pesam do jeito que querem e pagam como querem. Então isso é um roubo muito grande que a firma faz com a gente (agricultora familiar). Para os entrevistados essa exigência faz parte das estratégias da Agropalma para dificultar o acesso à pesagem dos frutos. A empresa envia um fiscal para garantir que a produção seja entregue diretamente à empresa que recolhe a produção e faz o transporte até a Agropalma, caso contrário, o agricultor não terá os frutos recolhidos e a perda será total. A pesagem é realizada nas dependências da empresa, longe dos olhos do agricultor, conforme relato. A presença do fiscal no acompanhamento da coleta e transporte da produção poderia supor transparência no processo. Contudo, os interlocutores asseveraram que é exatamente a presença do fiscal que intimida e mantém o produtor afastado, garantindo o total controle da pesagem pela empresa. Já os relatos sobre o atraso no pagamento foram confirmados a partir da análise comparativa entre os contratos, aos quais se teve acesso, e os dados da remessa de pagamento dos entrevistados. Pelo contrato: *os frutos entregues mensalmente serão pagos no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da entrega* (CONTRATO ..., 2005, p. 4). Os produtores asseguraram ser uma prática comum a empresa efetuar o pagamento a partir do dia nove do mês subsequente. Além do problema do descumprimento de cláusulas contratuais, outras questões causam preocupação em relação aos contratos como a inexistência de cláusulas que assegurem o agricultor caso ocorra

qualquer dano às plantações, pois um risco constante para os monocultivos são as pragas e doenças, no caso do dendê, o “Amarelecimento Fatal” (AF), conforme o presidente do STRM: “É preocupante saber que o agricultor, na maioria analfabeto, assinou um contrato com a empresa, que lhe endivida por pelo menos vinte e cinco anos, e não tem nenhuma cláusula no contrato que lhe assegure, caso ocorra a perda da plantação”. Ademais, nada foi incluído sobre a responsabilidade pelos danos socioambientais, especialmente a contaminação da água de rios e igarapés pelo uso de agrotóxicos e o aumento do desmatamento no interior das pequenas propriedades (Ferreira, 2016b). Mas, para a Agropalma a “parceria” tem se mostrado vantajosa sob vários aspectos. Quando questionado sobre a avaliação que a empresa faz da parceria com os agricultores familiares, o representante da empresa fez o seguinte relato: “A avaliação é muito positiva dessa parceria porque a gente tem um custo muito baixo. O produtor é responsável por todas as atividades dos plantios, isso é muito viável, nós não precisamos adquirir áreas novas. O custo com áreas novas é muito alto, licença ambiental, o custo com a terra em si, mão de obra”. A maioria das propriedades (60%), enquadra-se no estrato de 10 a 25ha, sendo que a área ocupada com o dendê é majoritariamente de 6 ha. Entretanto, foram identificadas propriedades com área de 12 ha, destinadas à plantação de dendê, resultado da aquisição de lotes de outros proprietários. Esse processo é descrito por McCarthy (2010), em estudo sobre o processo de inclusão de pequenos agricultores na cultura do dendê na Indonésia. Isto pode levar a um processo de concentração de renda e terras também no interior das comunidades de agricultores familiares. As famílias que apresentam melhores condições financeiras começam a agregar aos seus domínios, os lotes contíguos, geralmente terras que pertenciam exatamente àqueles, cuja situação socioeconômica, era mais precária antes da implantação do programa. Há, portanto, um processo de expropriação seletiva entre os agricultores familiares. Os agricultores exitosos em produtividade, são utilizados pela empresa como “famílias modelo”, que se dedicam com seriedade ao trabalho. O presidente do STRM avalia essa situação nas áreas do dendê como resultante da falta de consideração da realidade socioeconômica e cultural das famílias selecionadas para o projeto: “Esse projeto não foi pensado para o pequeno agricultor. Agricultores semianalfabetos, que têm renda de 10 mil por ano, são incentivados a trabalhar com um projeto que chega a 80 mil por ano, você força ele a ter que trabalhar muito mais por dar conta de toda uma infraestrutura que o projeto precisa, e ele não tem. Os agricultores que mais se destacam são os que apresentam renda melhor. Esse projeto foi implantado na marra” (presidente do STRM).

No que tange à abertura da empresa para ouvir as demandas dos agricultores, 50% apresentaram nível de satisfação alto, 36% nível médio e 14% nível baixo. Relataram que a empresa tem “boa disposição” para ouvi-los, porém, dificilmente acata as sugestões ou atende as demandas apresentadas. [...] aqui a gente se sente abandonado. A relação com a empresa só piora (produtor familiar). Esse descontentamento foi bem captado na avaliação sobre o nível de satisfação do agricultor com relação ao atendimento das reivindicações feitas à empresa. Para 66% dos entrevistados, o nível é baixo e, 33% médio. O contraste na avaliação dessas duas variáveis permitiu constatar que a “boa vontade da empresa” em ouvir os agricultores faz parte de uma estratégia de dominação e subordinação. O fato de ouvir os agricultores fortalece a ideia de que existe diálogo

entre as partes, que há uma parceira. Para Sousa (2015), o termo “parceria” funciona como um eficiente instrumento estratégico de fidelização por meio da racionalidade própria do campesinato, que tem sua ação muito ligada a práticas de reciprocidade positiva, que a empresa tenta utilizar a seu favor. É preciso convencer o agricultor de que aquela relação é entre parceiros e não meramente comercial. A análise do grau de escolaridade da maioria dos agricultores familiares parceiros da Agropalma revelou-se um problema social grave nesse ambiente de subordinação. Foi identificado um quadro de 80% dos agricultores com baixo grau de instrução, sendo enquadrados como analfabetos 36% e analfabetos funcionais 44%. A inserção desses trabalhadores com baixo ou nenhum grau de instrução formal em uma área mais técnica é preocupante, pois além da inexperiência com a cultura do dendê, eles têm dificuldades para compreender o significado técnico e/ou jurídico das cláusulas contratuais que os regulam, assim como as condições impostas ao financiamento adquirido junto ao banco. Este aspecto é generalizado na Amazônia e que leva a inadimplência dos projetos financiados pelo Banco da Amazônia com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e compromete a eficiência e eficácia do FNO e da integração agroindustrial, em que a deficiência de conhecimento e assistência técnica para a implantação de sistemas de produção apropriados e a integração menos desigual dos produtores (Santana, 2013). A deficiência na instrução da maioria dos agricultores é um fator que dificulta a relação direta desses agentes com a empresa, conforme relato de um agricultor familiar: “Um dia fui pedir explicação sobre o peso do meu coco. Cheguei diante da responsável pela parceria com os agricultores. Ela me tratou bem, conversou comigo, e no final, eu até esqueci o que eu fui fazer lá. Na empresa, são todos muito bem instruídos, e eu que nem sei ler”.

Para as ações voltadas ao treinamento, 50% dos agricultores avaliaram com nível médio de satisfação e 18% com nível baixo. Consideraram a frequência de treinamento oferecida nos anos iniciais, destacando que o mesmo se tornou mais escasso nos últimos anos. A capacitação e assistência técnica são elementos condicionantes para a obtenção do Selo Combustível Social, do qual a Agropalma é beneficiária pelo sistema integrado de produção com a agricultura familiar. O Selo Combustível Social (SCS) foi criado em 2004, juntamente com o lançamento o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Consiste em instrumento que estabelece as condições para que as agroindústrias produtoras de biodiesel obtenham benefícios tributários e financiamentos mediante aquisição de matéria-prima de agricultores familiares, por meio da celebração de contrato com a especificação de condições comerciais que garantam renda e prazos compatíveis com a atividade, além de assegurar assistência e capacitação técnica aos parceiros da agricultura familiar (Brasil, 2004; Brasil, 2005). Quanto ao aumento no custo da produção, os interlocutores explicaram que as constantes exigências impostas pela empresa têm encarecido a produção, o que vem repercutindo negativamente sobre a renda e a qualidade de vida das famílias. Destacaram os custos com a transportadora dos frutos escolhida pela Agropalma, explicando que antes dessa exigência eles se uniam e buscavam garantir o transporte a preço mais acessível. Além disso, o fruto do dendê tem um tempo de até 24 horas para ser processado após a colheita, para não sofrer acidificação, exigindo uma boa integração entre o cultivo e os sistemas produtivos industriais, isto obriga o produtor a cobrir os custos

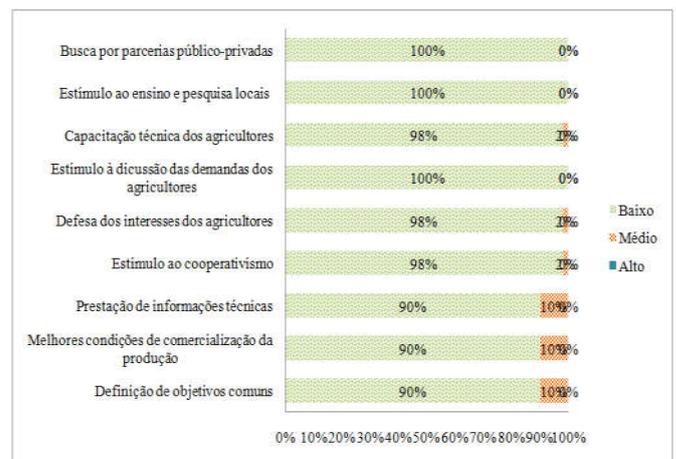
do transporte, conforme exigido pela empresa, para não perder a produção, pois o contrato exige garantia da qualidade dos frutos por parte do produtor, que assim desabafa: “*Temos que nos sujeitar a oque eles impõem para nós, depois que a gente corta o coco, tem um tempo bom para tirarem o óleo; se eles não levarem, a gente pode perder tudo*”. Soma-se a isto a cláusula contratual da exclusividade que condiciona o uso da terra com a dendeicultura pelo tempo que perdurar o contrato e não o tempo que durar a dívida.

“*O PRODUTOR/VENDEDOR obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a manter total exclusividade quanto à entrega de sua produção dos plantios dos frutos de dendê à COMPRADORA, pelo prazo que perdurar este Contrato, isto é, 28 (vinte e oito) anos, e independentemente da liquidação do débito (CONTRATO ..., 2005, p.5)*. No que tange à adequação da mão de obra familiar à legislação trabalhista, os entrevistados informaram quesob as novas condições, só é permitido o trabalho do integrante familiar com idade igual ou superior aos 18 anos. O que tem obrigado o trabalhador a se submeter a jornadas extenuantes ou mesmo a trabalhar doente para dar conta da produção, pois na ausência do familiar capacitado, o trabalho dever ser realizado por trabalhador contratado ou terceirizado, em sistema de consórcio, observando-se todos os direitos trabalhistas, que o pequeno agricultor não tem como atender. “*O que eles estão botando aqui para nós é um sistema de escravidão. Nós não podemos mais botar ninguém para trabalhar, nem nossos filhos para ajudar agente, porque se não, eles não levam a produção, fica tudo aí apodrecendo. Eu tenho que trabalhar doente [...] agora você vê, se tem mês que a gente pega daí R\$ 200,00 reais ou até tem prejuízo, como é que eu vou pagar um salário para uma pessoa? [...]*” (produtor familiar).

Para a Agropalma a adequação é vantajosa: “*A gente tem um custo baixo com mão de obra, a nossa equipe de assistência técnica é muito pequena, aí se o produtor precisar de mão de obra, ele mesmo arca com as despesas com a mão de obra dele, então pra gente é muito rentável*” (gerente agrícola da Agropalma). Ainda segundo gerente, diante das exigências do Ministério do Trabalho, o sistema de consórcio foi a saída encontrada para adequação das relações de trabalho nas unidades familiares. O consórcio funciona como uma empresa com CNPJ, mas não visa lucro. É uma espécie de terceirização do trabalho no campo, implicando um custo a mais para o agricultor familiar que, em contrapartida, passa a ter a segurança do cumprimento das cláusulas contratuais. Além disso, os produtores familiares informaram que a Agropalma vem pressionando-os para obterem certificações como a Roundtable On Sustainable Palm Oil (RSPO), a qual atesta produção sustentável de óleo de palma, conforme notificação da empresa IBD Certificações aos produtores, informando as intenções da Agropalma em obter tal certificação (NOTIFICAÇÃO..., 2010), sem contudo, apresentar contrapartida para os custos adicionais que os agricultores precisariam arcar para atender às novas exigências. Por fim, a variável sobre o grau de satisfação do agricultor familiar com o desempenho da atividade do dendê demonstrou níveis baixo (44%) e médio (54%) de satisfação. Os argumentos para essa avaliação constituíram uma síntese das principais reclamações que os agricultores têm com relação a “parceria”: abuso de poder por parte da Agropalma, quebra contratual, subordinação às regras da empresa, aumento constante no custo da produção, dependência do agricultor ao dendê. De forma geral, os resultados encontrados no estudo

corroboram as análises de Becker (2010), para quem, o domínio do cultivo por megaprojetos com grandes empresas, em função da obrigatoriedade de parcerias com agricultores familiares para a obtenção dos incentivos fiscais do Selo Combustível Social, cria um processo de dependência em relação às empresas, que impõe seus pacotes tecnológicos e demais regras de produção. Isso faz com que os agricultores percam o controle sobre os recursos naturais que manejam e fiquem diretamente expostos à variação de preços da commodity no mercado internacional, formando um cenário propício à geração de conflitos.

A relação entre as associações locais e as atividades do dendê e da agricultura familiar: De modo geral, os agricultores avaliaram com o nível baixo de satisfação (90%) todas as variáveis referentes à contribuição das associações locais para o desempenho das atividades do dendê e da agricultura familiar (Figura 2).



Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo

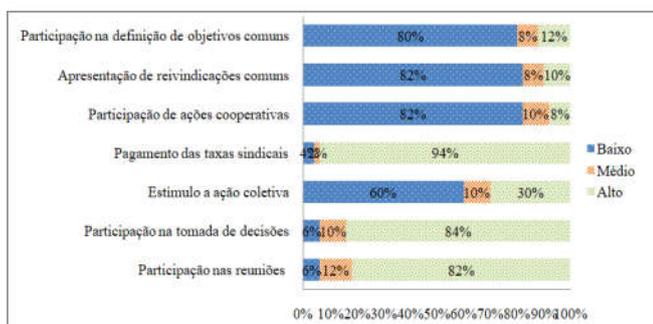
Figura 2. Grau de Satisfação com as associações locais

Destacaram forte influência exercida pela empresa sobre os dirigentes das associações locais que os representa, a morosidade em promover reuniões para discutir os problemas enfrentados na “parceria” e a ausência das demandas relativas às atividades alimentares na agenda de debate das assembleias: “*Se depender da associação a gente morre de fome. Quando eles fazem reunião é a empresa é quem decide o que vai ser tratado. A gente só é informado que tem mudança e tem que cumprir, porque tem o contrato. A associação só serve para repassar o que a empresa manda*” (agricultora familiar). Há grande insatisfação com relação ao aumento das exigências da empresa sobre os produtores familiares, gerando incompatibilidade de tempo para conciliar os tratos do dendê com as culturas de subsistência, colocando em risco a segurança alimentar das famílias. Esta realidade se distancia da percepção que os pequenos produtores tinham da parceria. O modelo pensado seria aquele no qual ele mantinha seus cultivos, o dendê passaria a ser um componente no sistema de integração. Não foi o que ocorreu. Para muitas famílias, o dendê tornou-se a única atividade. O estudo constatou que antes do dendê, a mandioca era cultivada por 96% dos agricultores entrevistados, o milho por 64%, arroz 54%, o feijão por 34% e a laranja por 10%. Atualmente, esses percentuais caíram para 58%, 6%, 8%, 0% e 2%, respectivamente, já o dendê constitui atividade desenvolvida em 100% das propriedades pesquisadas. Houve, portanto, aumento excessivo da dependência do agricultor familiar em

relação à monocultura do dendê, com implicações diretas sobre a estabilidade na renda e no padrão de subsistência que passa a depender do mercado. A queda no cultivo do feijão despertou preocupação, porque chegou a zerar nas três comunidades pesquisadas. A combinação feijão e farinha, parte da dieta alimentar dos agricultores familiares, que antes era provida pela produção do imóvel rural familiar, passa a ser adquirida em grande parte de agricultores que não têm o projeto de dendê, na própria comunidade ou nas feiras dos municípios de Moju e Abaetetuba, agora com preços mais elevados em função da redução da oferta. Os dados do IBGE sobre a produção agrícola municipal de Moju, no período de 2004 a 2014, confirmaram esta tendência (IBGE, 2014). Para a então presidente do STRM: “O povo abandonou a cultura dele. Quem não trabalha com dendê hoje, faz roça, cria animais para vender para agricultor, por que o agricultor que tem o projeto do dendê não consegue produzir. Isso é preocupante porque cultura é coisa séria, embora esses agricultores não produzam mais alimentos, eles não deixaram de consumir a farinha, o açaí, a galinha, alguém tem que produzir, porque está faltando” (presidente do STRM).

A fragilidade na organização social dos agricultores para discutir essas e outras demandas junto à Agropalma é benéfica para a empresa, pois assim é mais fácil manter o controle sobre os agricultores, negociar questões estratégicas individualmente com cada produtor. Conforme o presidente do STRM: “Percebemos que não foi trabalhada a organização social dos agricultores no processo de integração [...] para a empresa é melhor assim, quanto mais solto, melhor”. Destacou ainda o trabalho de conscientização sobre a importância da organização dos agricultores como o grande desafio nas comunidades, pois muitos foram levados a acreditar que os problemas enfrentados fazem parte do processo, e que a situação vai melhorar com o tempo. Porém, nada de concreto é apresentado quanto ao horizonte das melhorias em produtividade, riscos e incertezas.

A relação entre o agricultor familiar e a associação local: Os resultados revelaram que os níveis baixos de avaliação quanto à participação dos agricultores no processo de tomada de decisão junto às associações locais (Figura3), está diretamente associado ao baixo grau de instrução da maioria desses trabalhadores, constituindo-se fator que inibe a formulação de propostas nas reuniões.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo

Figura 3. Relação entre o agricultor e a associação local

Em geral, transferem essas ações para os agricultores considerados mais instruídos. Estratégia que pode acabar se revertendo contra, caso haja cooptação destes por parte da

empresa. Entretanto, a maioria dos entrevistados (82%), avaliou-se com o nível alto de participação nas reuniões. Embora reconheçam que essa participação se limita a um processo meramente consultivo, pois as propostas são preestabelecidas, cabendo aos agricultores apenas a votação. Com isto, a rotina continua com o fortalecimento da empresa, que consegue formalizar suas metas por causa do desequilíbrio de conhecimento sobre o poder que pode ter sobre a rentabilidade do negócio. Ficou claro o sentimento de impotenciados produtores familiares diante do alto grau de subordinação a que estão submetidos na “parceria”. No Aruaí, o receio é tamanho que foi difícil inicialmente estabelecer uma relação de confiança para que os agricultores concedessem as entrevistas. Situação também relatada pelo presidente do STRM: “O Aruaí é uma extensão de domínio da Agropalma [...] há uma certa intimidação por parte da empresa para os agricultores não falarem a realidade. O Aruaí é uma senzala disfarçada de paraíso. A mídia vende uma realidade que não existe aqui”. Os agricultores entendem a necessidade de rever muitos aspectos da relação com a empresa, sobretudo a questão contratual, mas devido à falta de orientação, têm receio do que possa acontecer: [...] não é fácil pra nós bater de frente com a empresa. Assinamos um contrato, temos uma dívida, você entende? (produtor familiar). Na saída de uma residência em Água Preta, um agricultor resumiu a situação de angústia vivenciada pela maioria desses trabalhadores: “Moça, nos ajude! veja o que você pode fazer pela gente”.

DISCUSSÃO

A problemática em torno da pertinência ou não de se estimular a monocultura do dendê no sistema integrado de produção na Amazônia, como uma das possibilidades de se promover o desenvolvimento regional inclusivo e sustentável, decorre do desafio que se coloca para a região de como utilizar o seu valioso patrimônio natural, de modo que ele continue a prover seus serviços num futuro indefinido, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Ocorre que, na região, a operacionalização desse sistema se dá por meio da governança de mercado do tipo cativa. Esse tipo de rede, conforme Gereffi *et al.* (2005), se configura quando a capacidade de codificar, na forma de instruções detalhadas e a complexidade das especificações do produto são altas, mas a competência do fornecedor é baixa, demandando grande intervenção, investimento, monitoramento e controle por parte da empresa líder, que precisa proteger esse investimento no fornecedor e controlar possível oportunismo através do domínio da estrutura de governança da cadeia permanecendo o cliente dominante, se não exclusivo. Os fornecedores enfrentam custos significativos às mudanças e, portanto, são considerados “cativos”. Enfatiza-se o papel da competência do fornecedor na determinação do grau de sua subordinação aos compradores, cujo prêmio vai na forma de apoio ao crescimento por meio da exclusão dos menos eficientes. Por conta disso, continuam sob o domínio da lógica de mercado de estrutura monopsonica do lado da empresa integradora e competitiva para os integrados. No equilíbrio deste mercado, o ganho da empresa resulta do controle do preço de compra da matéria-prima e de venda do produto final de maior valor agregado.

Atualmente, a revisão de literatura tem focado nos fatores constituintes dos processos de “Upgrading” ou evolução das

estruturas de governança das CVGs. Demonstra estar ciente do fato de que os fornecedores estão sujeitos à dinâmica de “Upgrading” e “Downgrade”, com fortes rebatimentos no processo de distribuição de custos, riscos e benefícios no interior das cadeias de valor. Entretanto, atribui a determinação desse movimento ao aprendizado trilhado pelos fornecedores (Gereffi *et al.*, 2005). Não lança luz sobre a conexão entre a dinâmica de subordinação dos fornecedores no interior das cadeias e as relações de poder que permeiam a interação entre sujeitos desiguais na governança. Em geral, os conceitos sobre cadeias de valor global e sobre o poder são tratados de forma separadas. Os resultados deste estudo demonstraram que na governança da cadeia de valor do dendê no Baixo Tocantins o aumento da competência do fornecedor não constitui o principal fator impulsionador por trás da mudança no padrão de governança da cadeia, conforme defendido por Gereffi *et al.* (2005).

Existem eficazes estruturas de poder operando as relações entre “parceiros” desiguais na governança da cadeia que não são captadas pelas lentes normativas da atualização de processos produtivos e/ou funcional e que têm grande influência sobre como o conhecimento e a informação fluem dentro das cadeias de valor de “empresas líderes” para seus fornecedores. A posição de agir e a capacidade de decisão hegemônica da Agropalma, na governança da cadeia, garantem que o seu poder, especificamente nas segunda e terceira dimensões, conforme Lukes (2005), seja exercido diretamente sobre os fornecedores, tornando-se preponderantes para os processos de rebaixamento ou “Downgrade” na estrutura de governança. As estratégias de manipulação, dominação e controle, para aspectos menos acessíveis à observação, asseguram à Agropalma a manutenção de uma relação hierárquica de autoridade e controle sobre os pequenos produtores, pois o poder é mais eficaz quando menos observável.

Em Lukes (2005), pela segunda dimensão do poder, os interesses estão subjacentes. Em uma face estão os mais poderosos, como a Agropalma, capazes de suprimir ou afastar temas contrários aos seus interesses através do controle da agenda, decidindo o que deve ser decidido e, na outra face as coletividades sociais prejudicadas, neste caso, os produtores familiares. Dessa forma, a empresa garante os seus interesses, sem grandes conflitos, pois os produtores familiares têm permissão para votar, para decidir, mas não lhes é permitido definir a agenda, o que deve ser decidido. Os pequenos produtores interagem em uma estrutura de governança que não apresenta janela de oportunidade para atuarem como agentes ativos. Os itens que poderiam beneficiá-los e que afetam diretamente a renda e sua sobrevivência no sentido de melhoria da qualidade de vida, ficam fora da pauta. Através da terceira dimensão do poder, os produtores são levados a acreditar que são parte ativa no processo de decisão, não havendo motivo para queixas. O ponto crucial do uso mais eficaz e insidioso do poder é impedir que o conflito surja em primeiro lugar, sem contestação, não haverá conflito e a estrutura de poder se mantém intacta. Nesta dimensão os mecanismos de poder são mais refinados e menos acessíveis à observação, envolvem a ocultação dos interesses reais das pessoas pela falsa consciência. Agem contra os interesses das pessoas, enganando-as, distorcendo o seu julgamento, levando os sujeitos a verem a sua condição como natural, sem reconhecer as fontes de seus desejos e crenças. Assim, o processo de tomada de decisão é conduzido de maneira a

garantir o consentimento, evitando o surgimento de conflitos, apesar do sacrifício que vão continuar fazendo e sem perspectiva de incremento de benefícios. As posições de comando da Agropalma e de subordinação dos pequenos agricultores na governança se mantêm porque as relações que operam a conduta interativa dos agentes no interior da cadeia são movidas por forças que os pequenos produtores familiares não estão em condições nem de entender nem de governar. Através da centralização dos meios de informação e poder a Agropalma assume o lugar e a capacidade de agir, ocupando o posto de comando estratégico na governança da cadeia. É nessa posição que são viabilizados os seus meios efetivos de poder, pois o ato de decidir é menos importante do que a posição de fazê-lo, o poder é, antes de tudo, uma capacidade e não o exercício dessa capacidade.

A posição de impotência assumida pelo agricultor familiar na relação com a Agropalma e alimentada pelos mecanismos eficazes de controle e manipulação operados pela empresa, engessa-os, tornando inexistentes as chances dos pequenos produtores promoverem a modernização prevista na expectativa normativa da coordenação das cadeias de valor globais e que poderia levá-los a usufruir algum benefício dessa estratégia de negócio na Amazônia, condenando-os à dinâmica do “downgrade”. Este conhecimento os produtores não têm, logo não conseguem desenvolver estratégias para negociar com a equipe técnica da empresa. A frágil organização social e baixo grau de instrução e conhecimento da maioria dos produtores familiares atuam como fatores que influenciaram a posição de subordinação desses trabalhadores na governança da cadeia. Esse ambiente de fragilização da organização dos trabalhadores é sintomático da estratégia de delegação de atividades periféricas, atualmente adotada pelas grandes empresas. A diminuição da força associativa - uma das grandes responsáveis pela garantia e conquistas de direitos - afastam as empresas da responsabilidade pelo adimplemento das obrigações com os trabalhadores, tornando-os mais dependentes e, por consequência, mais vulneráveis aos custos sociais do sistema produtivo. Conforme Raworth e Kidder (2009), como esses trabalhadores normalmente não são organizados, eles têm pouco poder para resistir e nem conhecimento técnico para defender os objetivos e metas dos integrados. Dessa forma, segue o processo de expropriação do excedente do produtor (ou lucro) como meta de maximização do lucro por parte de Agropalma, enquanto os integrados continuam dando o máximo esforço para, pelo menos, se manter na posição de dependência. Sem regulação, o mercado com governança cativa não tem interesse em uma relação mais qualificada e ativa do produtor. Esse ambiente, propício à geração de conflitos, mostrou-se na contramão da promessa construída em torno da cultura do dendê de se constituir em uma das alternativas mais expressivas para se promover o desenvolvimento inclusivo na Amazônia.

Conclusões

O estudo demonstrou que a governança da cadeia de valor de valor do dendê não apresenta eficácia no sentido do crescimento da economia rural com inclusão social e sustentabilidade ambiental a partir da integração agroindustrial entre grandes empresas e pequenos produtores da agricultura familiar na Amazônia. Embora dentro da estratégia das formas globalizadas de produção, a cadeia de valor do dendê na Amazônia é também um movimento que reúne a lógica de governança que atende a mercados globais, mas nos espaços

locais produz efeitos que decorrem dos desvios no estabelecimento de processos de governança. Por meio do contrato e do estabelecimento de relações hierárquicas de poder entre sujeitos desiguais a Agropalma criou as condições para impor relação de profunda dependência e subordinação, na qual o agricultor tornou-se uma espécie de empregado da empresa, já que passa a não ter quase nenhum poder ou aproveitamento da sua terra. O peso hegemônico ao fator mercado na tomada de decisão criou desajustes ou ineficiência da integração, traduzindo-se na geração de contratos falhos, assimetrias de ganhos e poder no arranjo da governança. No Baixo Tocantins, a percepção dos agricultores familiares locais integrados ao sistema produtivo do dendê, demonstrou que a “parceria” com a Agropalma, está configurada por uma relação de extrema dependência e subordinação do pequeno agricultor à lógica essencialmente econômica da empresa, que os transformou em uma espécie de “funcionários terceirizados”. A governança da cadeia de valor do dendê é do tipo cativa. A posição de agir e a capacidade de decisão hegemônica da Agropalma, constituem meio efetivo de poder na condução dos contratos de integração e estão na base do processo de rebaixamento dos pequenos produtores no interior da cadeia. O baixo grau de instrução da maioria dos agricultores e a fragilidade da organização social dos trabalhadores tem se convertido em privação da capacidade desses trabalhadores em gerenciar o projeto e operar mecanismos estratégicos para fazer frente às determinações hierárquicas superiores da empresa. Dessa forma, é necessária cautela antes de se referendar esse tipo de parceria. Sem a definição prévia de estratégias para empoderamento dos produtores na governança da cadeia e o acompanhamento efetivo dessa integração, tende-se a configuração de um ambiente de conflito, onde as chances de alcance das liberdades substantivas, capazes de contribuir para a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas, tornam-se praticamente nulas.

REFERÊNCIAS

- Abrapalma 2018. Retrospecto e projeções da palma de óleo no Brasil 2018-2019. Relatório 2018. Disponível em: <http://www.abrapalma.org/pt/retrospecto-e-projecoes-da-palma-de-oleo-no-brasil-2018-2019/>. Acesso em: 10 de jan. 2020.
- Backhouse, M. 2013. “Desapropriação sustentável da Amazônia: o caso de investimentos em dendê no Pará”. Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277669750>. Acesso em 20/02/2018.
- Becker, B. 2010. “Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo?”. Confins, França. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/6609>. Acesso em: 12/03/2019.
- Brasil 2004. “Biodiesel: o novo combustível do Brasil/ Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel”. Brasília, DF, MME. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/programa/biodiesel/menu/programa/objetivos-diretrizes.html>. Acesso em: 14/07/2016.
- Brasil 2005. “Instrução Normativa Nº 02, de 30 de setembro de 2005”. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos ao enquadramento de projetos de produção de biodiesel ao Selo Combustível Social. Brasília, DF, MDA. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_627/IN%202002%20-%202005%20MDA.pdf. Acesso em: 15/03/2019.
- Brasil, 2010. “Programa de Produção Sustentável de óleo de Palma no Brasil”. Brasília, DF, MAPA. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/1_reuniao/Programa.pdf. Acesso em: 30/08/2016.
- Contrato 2005 de implantação da Cultura de Palma Dendê e de Exclusividade de Fornecimento de Fruto de Dendê *Elaeis guineenses*, Jacq. e outras avenças, firmado entre a Companhia Refinadora da Amazônia, CRAI Agroindustrial S.A. e o Agricultor Familiar..., com a interveniência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI-PA.
- Feintreinie, L.; Chong, WK Elevang, P. 2010. “Why do Farmers Prefer Oil Palm? Lessons Learnt from Bungo District, Indonesia. Small-Scale Forestry, 9: 379-396.
- Ferreira, V. A.; Santana, A. C.; Ravena, N. e Oliveira, C. M. 2016b. Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Paraná, 39: 173-188.
- Gereffi, G.; Humphrey, J. e Sturgeon, T. 2005. “The governance of global value chains”. Review of International Political Economy 12: 78-104.
- Ibge. 2014. Produção Agrícola Municipal- PAM. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 13/11/2015.
- Lukes, Steven. 2005, Power: A Radical View. 2. ed. Londres: Palgrave.
- McCarthy, John. F. 2010, “Process of inclusion and adverse incorporation: oil palm and agrarian change in Sumatra, Indonesia”. The Journal of Peasant Studies, 37.
- Notificação DE Consulta Pública. “Notificação para auditoria RSPO no Grupo Agropalma”, Brasil, a realizar-se nos dias 14 a 18 de fevereiro de 2011 – IBD certificações-SP, 2010.
- Pye, Oliver. 2008, “Nachhaltige Profitmaximierung. Der Palmöl-Industrielle Komplex und die Debatte um ‘nachhaltige Biotreibstoffe’”. Peripherie, 112, 28: 429-455.
- Raworth, Kate; Thalia Kidder. 2009, “Mimicking ‘Lean’ in Global Value Chains: It’s the Workers Who Get Leaned On”. In: Frontiers of Commodity Chain Research. Edited by J. Bair. Stanford, Calif.: Imprensa da Universidade de Stanford, 165-189.
- Rebello, F.; Costa, D. 2012. “A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar”. Contexto Amazônico. Belém, PA, 1-8.
- Santana, A. C. 2013. Efeitos do FNO no desenvolvimento socioeconômico da Região Norte: análise de eficácia. Belém: Banco da Amazônia, 228p.
- Santana, Antônio Cordeiro de; Santana, Ádamo Lima de; Santana, Ádina Lima de; Costa, Nilson Luiz e NOGUEIRA, Ana Karlla Magalhães. 2014, “Planejamento estratégico de uma universidade federal na Amazônia: aplicação da análise fatorial”. Revista de Estudos Sociais, 16, 32: 183.
- Sousa, C. 2015. “Projetos de desenvolvimento para a Amazônia: a expansão da dendeicultura”. In: SEMINÁRIO Internacional América Latina, 2015, Belém. Anais do Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos. Belém, Gettam/NAEA/UFGA, 15-29.
- Williamson, O. 1985. The economic institutions of capitalism, firms, markets, relational contracting. New York, The Free Press, 15-38.